



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 187

Feito : Processo Nº 845/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro VALMIR GOMES RIBEIRO
Assunto : INSPEÇÃO NOS SETORES FINANCEIRO, TRANSPORTE E ALMOXARIFADO DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE-"ELETROACRE".

INSPEÇÃO NOS SETORES FINANCEIRO, DE TRANSPORTE E ALMOXARIFADO DA ELETROACRE - Constatadas irregularidades, decide o Tribunal de Contas assinar o prazo à Presidência da Companhia e Ordenador da Despesa, para sanear-las, sobrestado o processo na Secretaria das Sessões, para futura apensação à Prestação de Contas da ELETROACRE, exercício de 1991 e, pela notificação do Acionista Majoritário, para conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 845/91, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, assinalar prazo de trinta (30) dias, à Presidência da Companhia de Eletricidade do Acre "ELETROACRE" e Ordenador de Despesa, para sanar as irregularidades apontadas no relatório técnico de fls. 07/10, dos autos, e notificação do Acionista Majoritário da Companhia, para conhecimento e providências indispensáveis, sobrestado o processo na Secretaria das Sessões, para futura apensação à Prestação de Contas do exercício financeiro de 1991, da ELETROACRE. Divergente, em parte, o Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, que considerou irregular o procedimento apurado.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco-Ac, 30 de abril de 1992.-

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 845/91

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Inspeção nos Setores Financeiro, Transporte
e Almoxarifado da Companhia de Eletricidade
do Acre - ELETROACRE.

RELATÓRIO: Trata o presente processo de inspeção realizada nos Setores Financeiro, Transportes e Almoxarifado da **Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE**, nos termos da decisão proferida na sessão ordinária do dia 24 de outubro de 1991, com arrimo no art. 61-IV, da Constituição Estadual e Art. 30-II, da Lei Complementar Estadual nº 25, de 14.09.89.

Dita inspeção, atingiu as atividades da Empresa nos meses de **agosto a outubro de 1991**, sendo designados para **procederem** os trabalhos, os Técnicos deste TCE, **Felner Assis Thaumaturgo** e **Maria de Nazaré Correia Xavier**, os quais apresentam o relatório circunstanciado às fls. 07/10, bem com farta documentação, além de Quadros Demonstrativos, em que apontam com precisão, os nomes dos fornecedores de materiais e prestadores de serviços à Empresa, com seus respectivos valores, quantidades, data de execução, e ainda o critério adotado pela Empresa, para aquisição de material e contratação de serviço, doc. fls. 11/120.

Dos atos e fatos processados pela Empresa, concluíram os Senhores Técnicos, que todos estão eivados de vícios e irregularidades, principalmente no que concerne a aquisição de material e contratação de serviço, uma vez ser praxe da Companhia, executá-los sem o competente processo licitatório.

A **Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE**, é uma entidade de personalidade jurídica própria, constituída sob a forma de **Sociedade de Economia Mista**, Concessionária de serviços públicos, tendo como Acionista Majoritário o Governo do Estado do Acre, e como tal está afeta às normas estatuída pela Lei Federal nº 6.404/76, seu Estatuto Social,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

fls. 2.

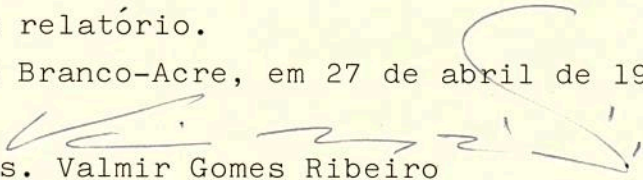
Social, sem prejuízo no que couber de outras normas editadas pelo Estado na qualidade de seu proprietário maior.

O processo ora em julgamento, foi distribuído por sorteio na forma regimental, cabendo-me relatá-lo.

Veio aos autos, o parecer circunstanciado do MPE de nº 254, devidamente fundamentado na legislação específica que rege a espécie, às fls. 124/128.

É o relatório.

Rio Branco-Acre, em 27 de abril de 1992.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 845/91

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Inspeção nos Setores Financeiro, Transporte
e Almoxarifado da Companhia de Eletricidade
do Acre - ELETROACRE.

CONCLUSÃO E VOTO: Visto, analisado e relatado o presente processo, e do que observa-se no relatório técnico, a inspeção foi realizada a contento, cumprindo portanto a decisão desta Corte de Contas, nos termos em que foi determinada à apurar.

Pelo que espelham os autos, no tocante as irregularidades apuradas, a mais grave, é a prática reiterada da não realização de licitação pela Companhia, em todas suas modalidades, bem como a aquisição de materiais a fornecedores determinados, caracterizando desta forma o direcionamento e a preferência por determinada empresa.

À guisa de melhor entendimento, e conforme doc. à fl. 11, a ELETROACRE. comprou no período inspecionado, ou seja de **agosto a outubro de 1991**, das firmas abaixo enumeradas, os seguintes valores em materiais a saber:

1. SERVPEÇAS, Com. Rep. Ltda Valor de CR\$13.858.462,00;
2. E.A. CARVALHO, o valor de CR\$-.....
36.520.000,00; e
3. ACREPORTE- Ind. Comércio Ltda, o valor de CR\$-27.025.576,43. (doc. fls.11/12).

Além das despesas acima mencionadas, foram gasto com transporte de material da Companhia, o valor de CR\$-53.248.805,49, serviços esses prestados por diversas firmas transportadoras, sem o devido processo licitatório. (doc. fls. 18/19).

Das firmas transportadoras, as mais beneficiadas, por que não dizer preferencial, foram:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

fls.2.

1. EXPRESSO RADAR LTDA, valor de CR\$-11.255.795,07 (doc. fls. 18/19).

2. NAVEGAÇÃO PUCALPA, valor de CR\$-18.920.000,00 (doc. fls.18).

3. IQUIRY COM.TRANSPORTES REP.LTDA, valor de CR\$-18.343.878,03 (doc. fls.18/19).

Desse modo, está caracterizada a preferência e o direcionamento por tais Empresas. Também é exorbitante, os frequentes adiantamento de valores a determinados fornecedores, constatando-se porém, o numero de 53 (cinquenta e três) adiantamentos, sendo que a Empresa mais beneficiada e preferida de um montante de CR\$-..... 251.033.215,26, é a **G.M. PINHEIRO**, que aparece com o valor de CR\$61.641.673,10, e o que é mais grave, sem haver a devida prestação de contas por parte daquela Empresa, pelo menos foi constatado durante o período inspecionado (doc. fl. 08), estando deste modo, o Estado a financiar o Capital de Giro dessas empresas, porque não dizer, subsidiar seus próprios fornecedores.

Senhor Presidente,
Senhores Conselheiros,

De todas essas anomalia, entendo estarem estas empresas ganhando dinheiro com o próprio dinheiro do Estado, e mais, ganhando duas vezes; uma pela venda - outra pelo adiantamento em que a ELETROACRE lhes repassa para comprar o próprio material que lhe é vendido, alguém está levando vantagem...

O Setor de Almoxarifado não vem procedendo o devido controle de entrada e saída dos materiais que são adquiridos pela Empresa, sendo as compras entregues diretamente nos locais de onde foram requisitadas.

Em processos anteriores, julgado por este Tribunal, em que foi parte a ELETROACRE, ficou decidido que a mesma adotasse providências necessárias ao exato cumprimento da Lei. Desse modo não entendo porque a insistência em não querer adotar o cumprimento da legislação competente em que requer o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

fls.3.

Tal exigência, é imposta explicitamente pelos arts. 37-XXI 27-XX, respectivamente da Constituição Federal e Estadual. Entretanto, legislação própria em que rege a matéria, já existe desde do advento do DecretoLei nº 2.300/86, e alterações posteriores.

Foi pois, com bastante propriedade, que veio aos autos, o parecer do MPE, devidamente fundamentado, concluindo que: " o procedimento da ELETROACRE, em não realizar licitação para aquisição de materiais e contratação de obras e serviços, é irregular, como também o é, direcionar as compras adquirindo-as sempre de um mesmo fornecedor, quando lei neste sentido existe e, se existe, é para ser cumprida".

Face ao exposto, e consubstanciado pelo duto parecer do MPE, e ainda considerando que esta Corte de Contas já decidiu em processos anteriores, pela aplicabilidade das normas impostas pelo Drcreto-Lei nº 2.300/86 e suas alterações a todos os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do Estado, concluo, **vontando** no sentido de que se determine à Presidência da Companhia de Eletricidade do Acre -**ELETRO-ACRE**, a adotar de imediato as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, assinalando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para sanear as irregularidades apuradas na referida inspeção e de tudo dando-se ciência a este E. Tribunal, **voto** ainda, para que seja oficializado o Acionista Majoritário da Companhia, no caso o Senhor Governador do Estado, quanto às irregularidades já mencionadas, para conhecimento e providências que o caso requer, e que o presente processo seja sobrestado em Secretaria para apensação futura à Prestação de Contas da ELETROACRE, exercício de 1991.

É a minha manifestação e meu voto, Senhor Presidente.

Sala das Sessões, em 30 de 1992.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator